

Principais projetos de lei apresentados recentemente no Congresso Nacional sobre o tema da transferência de renda

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 24/2021

Autoria: Dep. Delegado Pablo (PSL-AM)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Estabelece o auxílio emergencial complementar durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até 31 de dezembro de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

PL 26/2021

Autoria: Dep. Carlos Veras (PT-PE)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Prevê o pagamento do auxílio emergencial até que se obtenha cobertura vacinal contra a covid-19 em percentual igual ou superior a 70% da população adulta brasileira e, ainda, para estabelecer cota compensatória a agricultores familiares, empreendedores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.

Valor do benefício:

- Auxílio emergencial de R\$ 600/mês

- Cota compensatória a agricultores e empreendedores familiares de R\$ 4.200,00

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até que a cobertura vacinal contra a covid-19 alcance percentual igual ou superior a 70% da população.

Fontes de financiamento: Não especificado

Pontos específicos:

- Os agricultores familiares, empreendedores familiares e demais beneficiários enquadrados na Lei 11.326/2006 farão jus a uma cota compensatória de R\$ 4.200,00.

- A mulher agricultora familiar provedora de família monoparental receberá 2 cotas compensatórias

- As importâncias serão pagas em até 5 parcelas

- O prazo para cadastramento dos beneficiários será não inferior a 60 dias.

PL 29/2021

Autoria: Dep. José Guimarães (PT-CE)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Prorroga o auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982/2020

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Por 4 meses, contados a partir de 31 de dezembro de 2020

Fontes de financiamento: Não especificado

PL 58/2021

Autoria: Dep. Wilson Santiago (PTB-PB)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Concede o auxílio emergencial para o brasileiro que se encontra em estado de vulnerabilidade em função da crise sanitária e de saúde pública

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade:

- Ser maior de 18 anos
- Não ter emprego formal ativo
- Não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal
- Renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 salários mínimos
- Que, em 2020, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70
- Que exerça atividade na condição de MEI, contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social, trabalhador informal (seja empregado, autônomo ou desempregado) inscrito no CadÚnico até 20 de março de 2020.

Duração: Até 30 de junho de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

Pontos específicos: Especifica inclusão, em escalas graduais, de beneficiários considerados em condição de vulnerabilidade social.

PL 72/2021

Autoria: Dep. Léo Moraes (PODE-RO)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Dispõe sobre o pagamento de auxílio emergencial

Valor do benefício: Nos termos da Lei 13.982/2020

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020, adicionados os critérios:

- Não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal
- Que, em 2018 e 2019, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70.

Duração: Até 31 de dezembro de 2021

Fontes de financiamento: Os recursos provenientes da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e do Programa Nacional de Desestatização (Lei 9.491/1997) poderão ser destinados ao custeio do auxílio emergencial.

PL 121/2021

Autoria: Dep. Boca Aberta (PROS-PR)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Dispõe sobre a prorrogação do auxílio emergencial

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até 31 de dezembro de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado.

PL 130/2021

Autoria: Dep. Altineu Côrtes (PL-RJ)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Prevê a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia do covid-19

Valor do benefício:

- R\$ 600/mês até 30 de junho de 2021

- R\$ 300/mês até dezembro de 2021

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até dezembro de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

Condicionantes para pagamento:

- Atender aos requisitos da lei 13.882/2020

- O município de residência tenha implementado medidas restritivas ao comércio e circulação de pessoas

- O pagamento é condicionado à edição de créditos orçamentários extraordinários pelo Executivo

- O município tenha previamente encaminhado as informações sobre as medidas de isolamento social ao Ministério da Economia.

PL 202/2021

Autoria: Dep. Sidney Leite (PSD-AM)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Institui novo Auxílio Emergencial Estendido

Valor do benefício: R\$ 300/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até 31 de dezembro de 2021

Fontes de financiamento: Créditos orçamentários extraordinários editados pelo Poder Executivo destinados ao financiamento do auxílio emergencial estendido.

Condicionantes para pagamento:

- Atender aos requisitos da lei 13.882/2020
- O município de residência tenha implementado medidas restritivas ao comércio e circulação de pessoas
- O pagamento é condicionado à edição de créditos orçamentários extraordinários pelo Executivo
- O município tenha previamente encaminhado as informações sobre as medidas de isolamento social ao Ministério da Economia.

PL 3023/2020

Autoria: Dep. Eduardo da Fonte (PP-PE)

Última tramitação: Apensado ao PL 4856/2019, que aguarda parecer na CSSF

O que institui: Programa Renda Básica Brasileira

Valor do benefício: R\$ 600 por cidadão

Elegibilidade:

- Maior de 18 anos (exceto mães adolescentes)
- Desempregados ou trabalhador informal
- Renda familiar per capita de até ½ salário mínimo e não maior que 3

Duração: Permanente

Fontes de financiamento: Taxação de lucros e dividendos + contribuição sobre o setor de telecomunicações

Pontos específicos:

- Unifica Bolsa Família, PETI, Bolsa Verde e Seguro Defeso
- Prevê até 2 benefícios por família

PL 3196/2020

Autoria: Dep. Paula Belmonte (Cidadania-DF)

Última tramitação: Apensado ao PL 2249/2019, que aguarda parecer na CTASP

O que institui: Programa Universal de Proteção Infantil

Valor do benefício: ½ salário mínimo por família

Elegibilidade:

- Responsável de crianças de 0 a 6 anos ou gestantes
- Desempregados ou trabalhador informal
- Renda familiar per capita de até ½ salário mínimo e não maior que 2.

Duração: Permanente

Fontes de financiamento: Dotação orçamentária da União

Pontos específicos: Dobra o valor do benefício caso o/a responsável tenha mais de 4 filhos.

PL 5514/2020

Autoria: Dep. Fábio Henrique (PDT-SE)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Institui o auxílio emergencial consecutivo para enfrentamento da emergência de saúde pública

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade:

- Não ter vínculo de emprego formal
- Não ter recebido benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou programa de transferência de renda federal após recebimento do auxílio emergencial (ressalvados os beneficiários do Programa Bolsa Família)
- Renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo e renda familiar mensal total igual ou inferior a 3 salários mínimos
- Em 2019, ter recebido rendimentos tributários igual ou abaixo de R\$ 28.559,70, e não tributáveis, igual ou abaixo de R\$ 40.000,00
- Não ter posse ou propriedade de bens de valor total superior a R\$ 300.000,00
- Não ter sido declarado dependente do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Duração: Até 30 de junho de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

PL 5650/2020

Autoria: Dep. Chiquinho Brazão (Avante-RJ)

Última tramitação: Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados

O que institui: Prorroga o pagamento do auxílio-emergencial

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Até 30 de abril de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

SENADO FEDERAL

PDL 1/2021

Autoria: Sen. Weverton (PDT-MA)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 4 de fevereiro de 2021

O que institui: Reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia de covid-19, com efeitos até 30 de junho de 2021

Valor do benefício: -

Elegibilidade: -

Duração: Até 30 de junho de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

Pontos específicos: Constitui Comissão Mista para acompanhar a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas emergenciais

PL 22/2021

Autoria: Sen. Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 04 de fevereiro de 2021

O que institui: Institui novo auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade:

- Não ter vínculo de emprego formal
- Não ter recebido benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou programa de transferência de renda federal após recebimento do auxílio emergencial (ressalvados os beneficiários do Programa Bolsa Família)
- Renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo e renda familiar mensal total igual ou inferior a 3 salários mínimos
- Em 2019, ter recebido rendimentos tributários igual ou abaixo de R\$ 28.559,70, e não tributáveis igual ou abaixo de R\$ 40.000,00
- Não ter posse ou propriedade de bens de valor total superior a R\$ 300.000,00
- Não ter sido declarado dependente do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Duração: Até 29 de junho de 2021

Fontes de financiamento: Renúncias fiscais da União, de benefícios tributários, financeiros e creditícios, a serem reduzidas em 30%

PL 2621/2020

Autoria: Sen. Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 21 de maio de 2020

O que institui: Altera a Lei Nº 10.835/04 que prevê a Renda Básica

Valor do benefício: ½ salário mínimo por cidadão

Elegibilidade:

- Maior de 18 anos (mães adolescentes)
- Desempregados ou trabalhadores informais

- Renda familiar per capita de até ½ salário mínimo e não maior que 3

Duração: Permanente

Fontes de financiamento: Dotação orçamentária da União

Pontos específicos:

- Máximo de 3 benefícios por família
- Beneficiário escolhe o mais vantajoso entre a Renda, o Programa Bolsa Família e o BPC
- Chefe de família monoparental recebe dois benefícios
- Adicional de ¼ do SM para cada menor de idade ou pessoa com deficiência

PL 2742/2020

Autoria: Sen. José Serra (PSDB-SP)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 21 de maio de 2020

O que institui: Altera a Lei Nº 10.835/04 que prevê a Renda Básica

Valor do benefício: Valor a ser definido pelo Executivo com base na LRF

Elegibilidade:

- Maior de 18 anos
- Desempregados ou trabalhadores informais
- Renda familiar per capita de até ½ salário mínimo e não maior que 2

Duração: Permanente

Fontes de financiamento: Taxação de lucros e dividendos

Pontos específicos:

- Em até 5 anos, prevê unificação de todos os programas de transferência de renda da União (menos BPC e seguro-desemprego)
- Beneficiário opta pelo mais vantajoso
- Substitui o Programa Bolsa Família
- Prevê valores diferentes por estados e municípios

PL 5495/2020

Autoria: Sen. Alessandro Vieira (Cidadania-SE)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 14 de dezembro de 2021

O que institui: Estende o auxílio emergencial e prorroga o estado de calamidade pública até o 31 de março de 2021

Valor do benefício: R\$ 300/mês

Elegibilidade:

- Não ter vínculo de emprego formal
- Não ter recebido benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou programa de transferência de renda federal após recebimento do auxílio emergencial (ressalvados os beneficiários do Programa Bolsa Família)

- Renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo e renda familiar mensal total igual ou inferior a 3 salários mínimos
- Em 2019, ter recebido rendimentos não tributáveis, igual ou abaixo de R\$ 40.000,00
- Não ter posse ou propriedade de bens de valor total superior a R\$ 300.000,00
- Não ter sido declarado dependente do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Duração: Até 31 de março de 2021

Fontes de financiamento: Não especificado

PL 5584/2020

Autoria: Sen. Jaques Wagner (PT-BA)

Última tramitação: Encaminhado à publicação, em 17 de dezembro de 2021

O que institui: Prorroga por três meses, a contar de 1º de janeiro de 2021, o pagamento de auxílio emergencial no valor de R\$ 600 (seiscentos reais)

Valor do benefício: R\$ 600/mês

Elegibilidade: Nos termos da Lei 13.982/2020

Duração: Por três meses, a contar de 1º de janeiro de 2021

Fontes de financiamento: Por meio da extinção da isenção de imposto de renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real e determina a sua tributação com alíquota de 15% (quinze por cento)